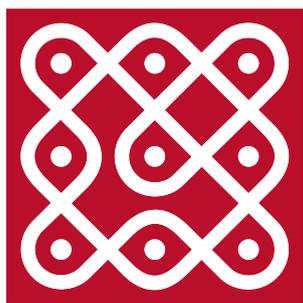


As teorias da etnicidade: entre as representações essencialistas da cultura e a desconstrução crítica dos conceitos

José Cavaleiro Rodrigues
(CRIA-NOVA FCSH / ESCS-IPL)



CRIA

WORKING PAPER 19

**AS TEORIAS DA ETNICIDADE: ENTRE AS REPRESENTAÇÕES
ESSENCIALISTAS DA CULTURA E A DESCONSTRUÇÃO CRÍTICA DOS
CONCEITOS**

José Cavaleiro Rodrigues

Escola Superior de Comunicação Social – Instituto Politécnico de Lisboa

CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia

jrodrigues@escs.ipl.pt

Outubro de 2019

Palavras-chave: Teoria; Etnicidade; Antropologia e Ciências Sociais

Nota prévia: Este texto é o resultado de uma incursão, sistemática, mas ainda bastante sintética, nos territórios vastos das teorias e das concepções da etnicidade. Por agora, o trabalho realizado corresponde a um levantamento que procurou ser exaustivo e dar conta das grandes linhas de pensamento que têm estruturado a reflexão sobre o fenómeno, resumindo-as às suas ideias centrais e conceitos principais e abdicando, na maior parte dos casos, de aprofundar os pontos de vista individuais dos autores e explorar os registos empíricos trabalhados. Privilegia-se a antropologia, mas não há nenhum filtro disciplinar dos campos de onde são oriundos os contributos, nem se procede a uma avaliação crítica das concepções apresentadas. Trata-se, nesse sentido, de um *Work in progress*, que, vindo de trás para a frente, carece de atualização bibliográfica e da integração de novos enfoques e autores, eventualmente transformadoras de algumas leituras aqui apresentadas.

A reconstituição de um qualquer campo teórico no seu conjunto exige sempre um regresso às origens, a concepções que, mesmo muito tempo depois de abandonadas, conservam a importância de terem fornecido o ponto de vista a partir do qual - e muitas vezes contra o qual, foram elaboradas as concepções ulteriores. É esse o papel que hoje está reservado às teses ditas “primordialistas” da etnicidade, associadas ao nome maior do interpretativismo antropológico, Clifford Geertz. Uns anos antes de Geertz vir formular a sua ideia de “primordial ties” (1963), já alguém havia assumido a paternidade da teoria primordialista. Referimo-nos ao sociólogo Edward Shils, que adopta o termo “primordial” num artigo de 1957¹ para adjectivar a importância que os laços desenvolvidos ao nível dos grupos primários têm na integração e reprodução das relações sociais. O funcionamento normal das sociedades dependeria, segundo Shils, da realização de um conjunto de tarefas ordinárias e rotineiras, por parte de uma população cujo cumprimento dos deveres práticos se orientaria não por ideologias abstractas, mas pela sua implicação em redes relacionais dotadas de “qualidades primordiais”. O que distinguiria estes laços e os tornaria especiais e diferentes das outras relações pessoais teria a ver com a sua própria natureza. Os laços primordiais apresentariam a qualidade infável que se encontra, por exemplo, na relação entre parentes e consanguíneos, e tornar-se-iam excepcionais pela intensidade das solidariedades que despertam, pela coercividade que envolvem e pela força das emoções que os sustentam.

Os laços primordiais a que também Geertz se vem referir, derivariam precisamente destes sentimentos de afinidade, desta intuição imediata que torna inquestionáveis

¹ “Primordial, personal, sacred and civil ties: some particular observations on the relationships of sociological research and theory” publicado no *British Journal of Sociology*.

determinados laços da existência social, tenham eles a ver com o sangue, com traços fenotípicos, ou com a religião, com a língua, com a pertença regional e com a tradição. A primordialidade para Geertz serve para distinguir um tipo específico de laços e sentimentos primários e fundamentais, cujas origens podem ser “naturais” ou “espirituais”, mas que, tanto num caso como no outro, são igualmente importantes em todas as culturas, mesmo nas mais modernas². Embora não use o termo etnicidade, Geertz está a falar de qualidades que são definidoras das identidades étnicas. Estas são, nesta óptica, obviamente primárias, porque os membros de cada grupo étnico já nascem com determinadas características físicas dominantes, ou recebem imediatamente após o nascimento um nome, uma filiação tribal ou um credo religioso, que lhes conferem a sua identidade e os vão ligar a uma comunidade alargada através de sentimentos e de deveres de solidariedade. Para um primordialista, esses laços são também fundamentais porque, começados a formar numa fase de crescimento pré-consciente, eles constituem uma identidade de base que não conhece alternativas nem pode ser motivo de escolha. Não há, portanto, como escapar às heranças e aos laços primordiais: eles são um “dado” intrínseco e incontornável da cultura, *“one that stems from the ‘givens’, - or more precisely, as culture is inevitably involved in such matters, the assumed ‘givens’ – of social existence”* (Geertz, 1996, p.41).

Até certo ponto, as tentativas mais recentes de interpretar as relações étnicas à luz da doutrina sócio-biológica, podem ser consideradas uma variante do primordialismo clássico. De acordo com Van den Berghe (1978)³, autor que dá o nome por esta aplicação do reducionismo biológico, os homens, à imagem dos outros animais, estão geneticamente programados para garantirem o seu sucesso reprodutivo, o que implica a transmissão bem-sucedida não só dos genes de cada indivíduo mas também de toda a parentela que possui as mesmas características genéticas. Os sentimentos étnicos, e os comportamentos que eles determinam na sociabilidade humana, encontrariam, portanto, a sua explicação na necessidade de garantir estas vantagens selectivas, tornando a solidariedade e a protecção intra-étnica uma extensão do egoísmo genético.

² O conceito de “ primordial ties” é inicialmente apresentado num texto intitulado “The Integrative Revolution”, texto em que o autor se interroga sobre o papel disruptivo que estes laços podem comportar em novos estados, baseados em sociedades tradicionais, nos quais os valores políticos da cidadania e os laços cívicos não se encontrariam ainda suficientemente consolidados.

³ No livro “The Ethnic Phenomenon”.

O geneticismo e o primordialismo étnicos são duas visões inatistas que apesar de separadas por um abismo paradigmático, partilham pelo menos uma característica: em ambas, a etnicidade é uma característica que ou está ou que tem que estar no grupo; um dado irreduzível e universal do comportamento humano, que tem nos limites do parentesco, real ou fictício, a sua matriz constituinte.

Regressando à história do conceito de etnicidade dentro da antropologia, é preciso dizer que até aos anos 70 o termo não integra o léxico corrente da disciplina, isto apesar de já nos anos 50, os africanistas *do Rhodes Livingstone Institute* interessados pelo problema da sobrevivência das solidariedades tribais, nos contextos urbanizados dos novos estados-nação pós-coloniais, estarem claramente a focalizar essa problemática e terem até passado a referir-se às tribos como “grupos étnicos”.

O trabalho seminal que há-de colocar definitivamente a etnicidade na agenda sociológica e também antropológica é o livro *Beyond the Melting Pot*, de Glazer e Moynihan (1963). A tese defendida pelos dois autores vem contestar as conclusões da sociologia norte-americana acerca da integração dos imigrantes, a “*straight line theory*”, segundo a qual a etnicidade não seria mais do que uma fase inicial e transitória num caminho que conduziria impreterivelmente à assimilação. Apesar das profecias assimilacionistas explicadas pelo suposto efeito *melting pot*, a realidade da vida das minorias na sociedade americana parecia ser um pouco mais complexa. De facto, mesmo quando as particularidades culturais associadas aos imigrantes desapareciam ou delas apenas subsistiam aspectos triviais e secundários, as diferenças em relação ao *main stream* cultural persistiam, fosse no voto político, nas ideias sobre educação ou na organização de grupos de interesses representativos das comunidades. A falência de uma etnicidade mais forte com o declínio da primeira geração não significa a extinção dos grupos étnicos, que continuam a agir e ser vistos de um modo diferente pelas sociedades de acolhimento: “*as the groups were transformed by influences in American society, stripped of their original attributes, they were recreated as something new, but still as identifiable groups*” (Glazer e Moynihan, 1996, p.135).

Outro contributo fundamental de Glazer e Moynihan, que abre perspectivas para a visão contemporânea da etnicidade, é admitirem que os mesmos atributos que funcionam como diferenciadores culturais - a origem nacional, a língua ou a religião - podem ser aproveitados pelos grupos étnicos como factores de mobilização e de luta

por objectivos políticos. Deste modo, a etnicidade deixa de ser apenas um fenómeno cultural para, enquanto factor de identificação, se tornar o idioma que favorece as solidariedades de grupo em processos políticos, podendo ainda servir para dissimular os verdadeiros interesses subjacentes aos conflitos ou a reivindicações que sejam apresentadas.

Esta visão instrumental de uma etnicidade, que existe como expressão de interesses comuns, é uma linha teórica que comporta variantes. Nela se incluem os autores que postulam que as identidades e as ideologias étnicas são mantidas ou acentuadas para influenciar decisões e obter vantagens políticas ou económicas. Os grupos étnicos assumem aqui um significado idêntico às classes sociais e, em muitos casos empiricamente documentados, pode verificar-se mesmo uma coincidência de posições de classe e de pertença étnica⁴. Abner Cohen é um dos antropólogos que aproxima os dois conceitos enquanto estruturas de desigualdade, ao afirmar que a etnicidade tende a tornar-se mais saliente naquelas situações em que novas clivagens de classe induzidas por processos de modernização vêm sobrepor-se a antigas filiações tribais. Quando por pressão das dinâmicas culturais e das mudanças estruturais das sociedades modernas, as velhas tradições étnicas vão dando lugar a novos valores e significados, pode deixar de fazer sentido que a utilização do conceito de etnicidade tome como referência de base o conceito estabelecido de “grupo étnico”. Nesse caso, a etnicidade transfigura-se num método informal de organização política e dramatiza “the processes by which the symbolic patterns of behaviour implicit in the style of life, or the ‘sub-culture’, of a group (...) develop in order to articulate organizational functions that cannot be formally institutionalized” (Cohen, 1974, p.xxi). O antigo “grupo étnico” passa a formar um “grupo de interesses” que utiliza a sua cultura comum para organizar esforços e conquistar ou conservar determinadas vantagens. Este tipo de leitura da etnicidade como forma de organização erigida sobre uma base étnica proliferou e fez escola entre os antropólogos. Citemos mais um caso relevante, o de Ulf Hannerz, que em *Soulside* (1969) aplicou a noção de grupo de interesses para analisar como um grupo étnico americano, cultural e economicamente dominado, se serve da etnicidade para desenvolver estratégias de sucesso económico e mobilidade social.

⁴ Conceitos como o de *Ethclass* de Milton Gordon (1964) exprimem justamente essa coincidência.

Noutros casos, as concepções instrumentalistas da etnicidade substituem as lógicas da acção colectiva pelas da escolha individual. Aqui, parte-se dos indivíduos, entendidos como maximizadores de recursos, que lutam por bens que são limitados e exploram a etnicidade se dela puderem retirar ganhos significativos. O grupo étnico não é um grupo involuntário, formado pela adesão inconsciente a valores, mas um grupo de interesses que se organiza se os indivíduos envolvidos concluírem que as diferenças culturais e raciais podem ser utilizadas para obter vantagens que não podem alcançar através de estratégias mais individualizadas. Michael Banton (1994) é um dos antropólogos das relações sociais que, a partir destas proposições, desenvolve uma análise das interacções étnicas como trocas competitivas em situações de concorrenciais ou “de mercado”. Estas podem assumir diferentes modalidades consoante são determinadas pela natureza forte ou fraca das fronteiras entre grupos e pelas estratégias mais individuais ou colectivizadas com que os actores se empenham na competição.

A todas as teorias instrumentalistas subjaz a ideia de que a etnicidade é um fenómeno basicamente reactivo, largamente induzido pelos constrangimentos materiais e pela necessidade de aproveitar oportunidades por parte de populações que se organizam para tirar partido dos seus recursos culturais próprios. Daí que as identidades étnicas sejam representadas como formas de dissimulação, de racionalização ou de reforço de interesses comuns que estão situados a outro nível.

Na medida em que estas análises nos remetem para a mobilização e para a resposta organizada de populações que usam a diferença cultural para defender interesses materiais, muitas vezes em situações de conflito, as visões instrumentalistas cruzam-se em alguns autores com a perspectiva neo-marxista.

O conjunto dos autores neo-marxistas, por seu turno, concebe a etnicidade como mais um dos reflexos de antagonismos económicos. O seu centro de interesse são as relações entre etnicidade e classe, num quadro que enforma toda a teoria marxista e que é o da exploração capitalista do trabalho. As divisões étnicas e raciais não são importantes em si, mas pela função estrutural que desempenham no funcionamento do sistema económico capitalista.

Esquemáticamente, a perspectiva neo-marxista da etnicidade pode ser dividida em duas tendências. A primeira remete-nos para uma análise das desigualdades étnicas em termos de economia política. Bonacich (1972) coloca-se nesta linha para tentar

mostrar como nas sociedades industriais os antagonismos entre imigrantes e populações nacionais se deve à segmentação do mercado de trabalho. Para ele, as divisões étnicas ou raciais entre trabalhadores não resultam de preconceitos ou de estereótipos sobre as culturas dos imigrados, mas da tentativa permanente no capitalismo em fazer baixar o mais possível o valor do trabalho.

Outro exemplo mais elaborado da mesma tendência de análise é a teoria do colonialismo interno de Hechter (1978). Segundo ele, a modernização das sociedades industriais agravou as desigualdades na distribuição de recursos e de poder, entre um grupo central, económica e politicamente privilegiado e um grupo periférico, penalizado, ocupando cada um destes grupos um nicho ecológico próprio dentro do espaço nacional. Na medida em que esta desigualdade corresponda a uma divisão cultural do trabalho - com grupos que além de desempenharem funções laborais diferentes, apresentam traços culturais igualmente diferenciados, estão criadas condições para o desenvolvimento de identificações étnicas distintas entre os grupos. Numa perspectiva que alia claramente marxismo e instrumentalismo, Hechter considera as formas de solidariedade e de etnicidade que possam emergir entre o grupo periférico uma resposta à discriminação, abrindo a análise e dando atenção a movimentos e identidades que, embora de segunda ordem, estão fora da lógica estrita das classes.

Uma segunda tendência está ligada ao estudo do papel do Estado na institucionalização e reprodução das desigualdades étnicas e no funcionamento da ideologia racista. É representada por Balibar e Wallerstein (1997), autores que se opõem às explicações mais sumárias do marxismo quanto à função ideológica do racismo e se demarcam da ideia de que a discriminação racial é simplesmente um instrumento usado contra a consciência de classe e uma forma de impedir os grupos etnicamente dominados e as fracções exploradas do grupo dominante de reconhecerem a convergência dos seus interesses. Por outro lado, podem ser mais ortodoxos, nomeadamente Wallerstein quando afirma que a etnicidade dissimula o conflito de classes e que a função primordial das filiações étnicas, religiosas, raciais ou de castas é ocultar a realidade das distinções de classes. Só que, admite tratarem-se de noções ambíguas em relação às quais o mais importante é analisar o modo como se produziram historicamente. A sua resposta é que o grupo étnico, tal e qual como a raça e a casta, representa variedades de grupos de *status* que sustentam reivindicações

de poder no presente, a partir de identidades construídas sobre uma visão do passado. Percebe-se, portanto, neste e noutros autores que não são marxistas tradicionais, uma defesa relativa da autonomia da etnicidade relativamente a outros registos de relações sociais.

É tempo de voltarmos ao foco antropológico e considerar de novo propostas que se centrem nos aspectos culturais da etnicidade, sem sucumbirem ao simbolismo utilitarista do instrumentalismo e muito menos ao determinismo essencialista dos primordialistas. No grupo de antropólogos, que problematizam de um modo original a etnicidade, sobressaem dois nomes. O primeiro é o de Barth, autor incontornável a propósito deste tema, mas cujos contributos são demasiado numerosos e importantes para poderem ser aqui completamente explanados. Limitamo-nos por isso a destacar um aspecto basilar da sua teorização que consiste em abordar os grupos étnicos nos seus aspectos generativos e processuais, enquanto construções. Os grupos étnicos são concebidos, antes de mais, na qualidade de organizações sociais que se formam com base na hexo-atribuição ou auto-reconhecimento da pertença dos indivíduos a categorias étnicas. Não sendo estas situações completamente estáveis, a problematização de Barth incide sobre os efeitos que os contactos e a mobilidade exercem sobre a manutenção das fronteiras dos grupos e na sua persistência como unidades identificáveis. Temos, portanto, uma deslocação do foco de investigação que passa a ser “the ethnic boundary that defines the group, not the cultural stuff that it encloses” (Barth, 1996, p.79) e um conjunto de questões novas que têm a ver com o modo como a dicotomia entre membros e estranhos é elaborada e produz os seus efeitos sobre os comportamentos efectivos. Neste sentido organizacional, não é à etnicidade que se deve a constituição ou a unidade efectiva do grupo; o grupo étnico existe na medida em que “actors use ethnic identities to categorize themselves and others for the purposes of interaction” (Barth, 1996, p.78).

A especificidade dos grupos étnicos continuará a provir da presença de determinadas características culturais contrastantes, mas o papel diferenciador que estas características possuem só ganha significado através da sua materialização em manifestações identitárias. Os processos étnicos são classificados por Barth como organizacionais, também neste sentido de que envolvem a constituição de espaços cénicos e de representação, em que atributos culturais ganham vida quando são expressos e validados perante um público.

A faceta interaccionista que escolhemos acentuar na descrição de Barth não será a única e poder-se-à mesmo discutir se será a mais marcante das suas propostas. No entanto, muitos outros antropólogos que estudaram a etnicidade em contextos pluriculturais fizeram-no numa perspectiva influenciada pelo interaccionismo simbólico, o que os levou, por exemplo, a problematizar os seus objectos em termos das operações de classificação que regulam os processos de interacção, ou da negociação de estatutos e das estratégias de gestão de impressões.

A abordagem de Eriksen (1993), sobretudo numa primeira fase da sua obra em que reflecte mais a importância de Barth, é uma das que pode ser colocada entre a perspectiva culturalista e interaccionista. A sua concepção de cultura, demonstra desde logo essa dualidade. A cultura é para ele, simultaneamente, um aspecto da interacção concreta e o contexto de significação que torna possível a mesma interacção. Apresenta-se como uma estrutura de significados, mas tem um carácter local e contextualizado, uma vez que é partilhada intersubjectivamente, produzida e reproduzida por indivíduos em interacção. Neste esquema conceptual, a etnicidade é comparável a um idioma através do qual são comunicadas as maiores ou menores diferenças culturais, consoante o grau de partilha de significados das culturas em presença. A etnicidade não é conceito para ser usado no estudo de grupos étnicos, mas de contextos inter-étnicos, em que estruturas de significação distintas se confrontam através dos jogos de linguagem dos actores que as interpretam. Seria interessante, uma vez que Eriksen admite que “there can be a significant interrelationship between class and ethnicity, both class and ethnicity can be criteria for rank, and ethnic membership can be an important factor in class membership” (Eriksen, 1996, p.31), saber como os dois idiomas se articulam nas interacções concretas e na comunicação dos dois registos de diferença cultural.

Não podemos terminar esta resenha sem, saltando de novo para fora do campo estrito da análise antropológica, evocar um conjunto de autores que já foram apelidados de anti-fundacionalistas, mas que habitualmente são identificáveis como teóricos da desconstrução e provêm de paradigmas diversos assinalados pelo uso do prefixo ‘pós’: pós-marxistas, pós-estruturalistas, pós-modernistas. Ao contrário de toda a abundante literatura mais convencional que passámos em revista, os desconstrutivistas não pretendem explicar ou interpretar a etnicidade, antes preferem desmontar todas as reivindicações quanto à existência real e à posse, por parte de

quaisquer grupos, de núcleos de definição identitária. A sua ideia base é a de que a pertença étnica é sempre um fenómeno discursivo, aberto e condicional e que, em última análise, não existe nenhum intérprete privilegiado da realidade étnica e que todas as identidades, além de transitórias, são sujeitas a re-interpretações hegemónicas e a formas de controle discursivo.

Hall é um dos autores classificáveis neste grupo, que inclui Romi Bhabha, Paul Gilroy e outros igualmente responsáveis pela popularidade dos chamados *Cultural Studies* e por conceitos exaustivamente citados no jargão contemporâneo, como hibridização e diáspora. O conjunto é vasto e incluem-se nomes como os de Laclau, Mouffe e Baumann a que terei forçosamente de voltar. Fixando, por agora, a atenção em Hall, vale a pena começar por dizer que a etnicidade e a classe são para ele apenas duas das muitas formas que a identidade de grupo pode tomar. A identidade aliás não é um estado, mas um processo cuja dinâmica torna qualquer identificação, de grupo ou individual, necessariamente parcial e incompleta. Por isso mesmo, o que faz mais sentido para Hall é falar de processo de identificação e não de identidade. Processo de identificação que ele caracteriza como dominado pelas tentativas constantes dos sujeitos de se distinguirem e separarem relativamente a outros e pelos correspondentes sentimentos de ambivalência, incerteza e hesitação implicados por essas escolhas. Ao ritmo a que, na contemporaneidade, os sistemas de significação e de representação cultural se multiplicam, somos confrontados com conjuntos sempre renovados e cada vez mais variados de referências que podemos usar na nossa construção identitária. As identidades parecem, como Hall as vê, condenadas a serem meros pontos de fixação que só temporariamente localizam e permitem identificar a nossa posição. Usando a imagem da identidade étnica para falar de toda a identidade, Hall insiste na temporalidade como um dos argumentos fundamentais da sua caracterização, uma vez que *“we all speak from a particular place, out of a particular history, out of a particular experience, a particular culture, without being contained by that (...) we are all, in that sense, ethnically located and our ethnic identities are crucial to our subjective sense of who we are. But this is also a recognition that this is not an ethnicity which is doomed to survive”* (Hall, 1996, p. 163). A desconstrução deixa-nos perante este cenário contemporâneo dominado pela fluidez, em que identidade e diferença só podem ser captadas no movimento e nas trajectórias e relações entre pontos pelos quais nos vamos sucessivamente deslocando.

BIBLIOGRAFIA

BANKS, Marcus, 1996, *Ethnicity: Anthropological Constructions*, Londres, Routledge.

BAUMANN, Gerd & Thijl SUNIER (eds.), 1995, *Post-migration Ethnicity*, Amesterdão, HetSpinhuis Publishers/IMES.

CLIFFORD, James, 1988, *The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*, Cambridge, Harvard University Press.

COHEN, Abner (ed.), 1974, *Urban Ethnicity*. Londres, Tavistock Publications.

ERIKSEN, Thomas, 1993, *Etnicity and Nationalism. Anthropological Perspectives*, Londres, Pluto Press.

FENTON, Steve, 1999, *Ethnicity: Racism, Class and Culture*. Londres, MacMillan.

GANZ, Herbert, 1996 (1979) "Symbolic Ethnicity", Hutchinson, John & Anthony Smith (eds.), *Ethnicity*, Oxford-Nova Iorque. Oxford University Press.

GEERTZ, Clifford, 1996 (1993), "Primordial Ties", Hutchinson, John & Anthony Smith (eds.), *Ethnicity*. Oxford-Nova Iorque, Oxford University Press.

GLAZER, Nathan & Daniel MOYNIHAN, 1996 (1963), "Beyond the Melting Pot", Hutchinson, John & Anthony Smith (eds.), *Ethnicity*, Oxford-Nova Iorque. Oxford University Press.

GILROY, Paul, 1993, *The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness*, Londres, Verso Books.

HALL, Stuart, 1996 (1992) "The New Ethnicities", Hutchinson, John & Anthony Smith (eds.), *Ethnicity*, Oxford-Nova Iorque. Oxford University Press.

HANNERZ, Ulf, 2004 (1969) *Soulside. Inquiries into Ghetto Culture and Community*, Chicago, Chicago University Press.

JOLY, Danièle, 2001, *Blacks and Britannity*. Aldershot, Ashgate.

MALESEVIC, Sinisa, 2004, *The Sociology of Ethnicity*, Londres, Sage.

PORTES, Alejandro, 1999, *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta.